

Governo admite falha em processo de perícia de concursados da educação em Minas



Erro em tabela de locais gerou confusão e deslocamentos excessivos; problema foi corrigido em 24 horas, mas expôs limitações estruturais.

O Governo de Minas Gerais reconheceu falhas no processo de admissão de candidatos nomeados no concurso da rede estadual de ensino, após problemas na divulgação dos locais para realização da perícia médica, etapa obrigatória para a posse. A situação foi debatida em audiência pública realizada na última quarta-feira (1º), na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

De acordo com representantes das Secretarias de Estado de Educação (SEE) e de Planejamento e Gestão (Seplag), responsáveis pelo edital nº 01/2025, uma tabela desconfigurada publicada no dia 25 de fevereiro apresentou informações incorretas, associando candidatos a locais de perícia que não correspondiam às suas regiões. A falha, segundo o governo, foi corrigida no dia seguinte.

O problema gerou apreensão entre os nomeados, que relataram dificuldades logísticas e a necessidade de deslocamentos de longa distância. Entre os casos citados, está o de um candidato do Sul de Minas que precisaria percorrer cerca de 1,2 mil quilômetros até o Vale do Jequitinhonha para realizar o exame. Outro exemplo envolve um professor do Vale do Mucuri que teria de se deslocar até Belo Horizonte.

Durante a audiência, a deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), que solicitou o debate, apresentou relatos de candidatos e questionou os critérios adotados pelo governo. Segundo o subsecretário da Seplag, Caio Campos, além do erro na tabela, também houve inconsistências no link de agendamento enviado por e-mail, posteriormente corrigidas.

Apesar da regularização do sistema, o governo informou que nem todos os candidatos poderão realizar a perícia na unidade mais próxima de suas residências. A distribuição dos atendimentos depende da capacidade operacional das Superintendências Regionais de Ensino (SREs), algumas com número reduzido de peritos, o que exige deslocamentos para outras cidades, incluindo a capital.

Atualmente, o Estado conta com 156 peritos distribuídos em 27 das 28 regionais, número abaixo do limite legal de 183 profissionais permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A regional de Poços de Caldas segue com vaga em aberto.

Neste primeiro lote, foram nomeados 4.685 candidatos para cargos de professores, analistas e técnicos, com previsão de início das atividades em 21 de maio. O volume elevado de convocados, superior ao de processos anteriores, também contribuiu para a sobrecarga no sistema de perícias.

Embora o governo sustente que o erro foi pontual e rapidamente corrigido, o episódio evidenciou

fragilidades na gestão operacional e reacendeu o debate sobre a estrutura disponível para atender grandes volumes de nomeações no serviço público estadual.

Foto: Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/cp3.masterix.inf.br/noticia/8015/governo-admite-falha-em-processo-de-pericia-de-concursados-da-educacao-em-minas-em-27/06/2026-15:49>